

FICHA TEMÁTICA

SEGURANÇA ALIMENTAR

Outubro de 2015¹



Do que estamos a falar?

A **fome e a subnutrição são inimigos do desenvolvimento humano** e podem causar instabilidade e conflitos, refletindo-se não só na qualidade de vida das pessoas mas também nas perspetivas de desenvolvimento das sociedades e no potencial de crescimento dos seus países. Ter acesso a alimentos a preços comportáveis, que promovam a saúde e a boa nutrição, para uma população mundial em crescimento, permanece um grande desafio internacional. Neste âmbito, contudo, a contradição parece evidente: estamos no mundo onde 1 em cada 8 pessoas passa fome, mas onde cerca de 1/3 dos alimentos são desperdiçados.

O **direito à alimentação** é reconhecido como um direito universal. Foi pela primeira vez reconhecido na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948 e tem sido progressivamente fortalecido no âmbito de diversos acordos e eventos internacionais: Pacto Internacional sobre os Direitos Económicos, Sociais e Culturais (1966), a Conferência Mundial da Alimentação (1974) e a Cimeira Mundial da Alimentação (1996 e 2002).

A primeira Cimeira Mundial da Alimentação, realizada em 1996, debateu um dos maiores desafios do novo milénio – a erradicação da fome, e **definiu o conceito e referencial de Segurança Alimentar**: “situação quando as pessoas, a qualquer momento, têm acesso físico e económico a uma quantidade de alimentos seguros e nutritivos, que satisfaçam as necessidades de uma dieta que permita uma vida ativa e saudável”. Também denominada de **Soberania Alimentar, o conceito encerra quatro dimensões** que devem ocorrer simultaneamente: 1) *Disponibilidade* física de alimentos; 2) *Acesso* físico e económico aos alimentos; 3) *Uso* dos alimentos na dieta alimentar; 4) *Estabilidade* e continuidade temporal nas 3 dimensões. Já a insegurança alimentar pode ser de 3 tipos: *Crónica* (de longo prazo e persistente), *Transitória* (de curto prazo e temporária), *Sazonal* (situação entre *Crónica* e *Transitória*, geralmente previsível).

A exposição das populações a **desastres naturais**, exacerbados pelas alterações climáticas, é uma das principais causas da insegurança alimentar, sendo esta também resultado direto de conflitos violentos ou instabilidade política.

A **ligação entre o comércio internacional e segurança alimentar** é complexa e condicionada pelas especificidades dos contextos regionais. O comércio internacional e as políticas de importação e exportação afetam a disponibilidade e o preço dos produtos alimentares, e desta forma condicionam a capacidade dos mais pobres em aceder aos alimentos. A volatilidade dos preços internacionais dos alimentos é um fator importante para os países em desenvolvimento, em boa parte exportadores de matérias-primas alimentares (como o chá, o café, o cacau, entre outros), como demonstrou a crise de 2008-9. As grandes desigualdades mundiais na redistribuição da riqueza contribuem para agravar a situação.

¹ Autor: Joaquim Dias, Camões I.P. Foto: Ações promovidas pela organização não-governamental VIDA – Voluntariado para o Desenvolvimento Africano. Varela, Região de Cacheu, Guiné-Bissau, 2015. © Fernando Mendes.

Sabemos hoje que o crescimento económico não é, por si só, suficiente para acelerar a redução da fome e da desnutrição nos países. Assim, e uma vez que uma importante parte da população mundial vive em meio rural, as comunidades rurais têm uma relevância particular no processo de combate à insegurança alimentar e nutricional. Os **pequenos agricultores e a agricultura familiar** assumem particular importância neste processo; o crescimento agrícola com a participação de pequenos agricultores, especialmente as mulheres, será mais eficaz para reduzir a pobreza extrema e a fome, e possivelmente, aumentar os rendimentos dos trabalhadores e criar empregos para os pobres.

Entre os elementos chave para um **ambiente adequado à redução da fome e da má nutrição** no mundo figuram o fornecimento de bens e serviços públicos para o desenvolvimento de setores produtivos, o acesso equitativo aos recursos pelos pobres, empoderamento das mulheres e a implementação de sistemas de proteção social.

COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

Declaração Universal dos Direitos do Homem (1948), artº 25:

‘Toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários, e tem direito à segurança no desemprego, na doença, na invalidez, na viuvez, na velhice ou noutros casos de perda de meios de subsistência por circunstâncias independentes da sua vontade’.



Food and Agriculture Organization
of the United Nations

A [Declaração de Roma](#), aprovada a 13 de novembro de 1996 durante a [primeira Cimeira Mundial da Alimentação](#), organizada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) visa a diminuição da fome no mundo.

Nesta Cimeira, foi consagrado o direito de toda pessoa ter acesso a alimentos seguros e nutritivos. Foram estabelecidos 7 compromissos para alcançar a segurança alimentar sustentável para todos, bem como um Plano de Ação com objetivos e ações relevantes para a aplicação prática desses compromissos. A Cimeira estabeleceu como meta a redução para metade do número de pessoas com fome até 2015.

Em 2002, a “Cimeira Mundial da Alimentação: Cinco Anos Depois” decidiu formular diretrizes de apoio à ação dos governos para satisfazer o direito de todos a uma alimentação adequada; em 2004, após intensas negociações, foram adotadas pelos membros da FAO [diretrizes sobre o direito à alimentação](#).



Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) 2000-2015

No ano 2000, a ONU estabeleceu [8 metas de desenvolvimento concretas a atingir por todos os países até 2015](#), subscritas por quase 190 países. Entre as metas definidas para *ODM 1 - Erradicar a pobreza extrema e a fome*, estava a redução para metade, entre 1990 e 2015, da percentagem da população que sofre de fome.



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 2015-2030

A [nova Agenda de Desenvolvimento Global](#), adotada pelos Estados Membros da ONU em Setembro de 2015, tem uma aplicação universal e inclui 17 Objetivos. Para além do [ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável](#) – outros objetivos concorrem para essa ambição, como é o caso do ODS 12 – Consumo e Produção responsáveis ou o ODS 13 – Ação

contra as Mudanças Climáticas Globais.

FACTOS & DADOS

- A proporção de pessoas subnutridas nas regiões em desenvolvimento diminuiu de 23,3% em 1990-1992 para 12,9% em 2014–2016. Contudo, os progressos abrandaram na última década.
- 1 pessoa em cada 8 pessoas passa fome (mais de 860 milhões de pessoas) por não conseguir obter ou comprar alimentos nutritivos em quantidade suficiente. A maior parte está em países em desenvolvimento, nomeadamente na África Subsaariana (cerca de 216 milhões) e no Sul da Ásia (314 milhões).
- A subnutrição é a causa da morte de mais de 3 milhões de crianças por ano. Em 2012, estimava-se que 1/4 de todas as crianças com menos de cinco anos eram subdesenvolvidas, possuindo um peso desadequado para a sua idade. Isto representa uma redução significativa desde 1990, quando 40% das crianças eram consideradas subdesenvolvidas. No entanto, é inaceitável que 162 milhões de crianças ainda sejam vítimas de subnutrição crónica.
- Todos os anos, em todo o mundo 1,3 mil milhões de toneladas de alimentos são desperdiçados, ou seja, 1/3 de todos os alimentos produzidos para consumo humano.
- Entre 2003 e 2013 os desastres naturais que ocorreram em regiões em desenvolvimento afetaram mais de 1,9 mil milhões de pessoas, estimando-se que o setor agrícola absorveu cerca de 22% do impacto destes desastres na economia, afetando a capacidade dos países em assegurar a segurança alimentar das populações
- As projeções estimam que em 2050 a população mundial exceda os 9 mil milhões de pessoas, prevendo-se que dois terços vivam em cidades. No entanto, cerca de 3/4 dos pobres no mundo vivem em meio rural onde prevalece uma agricultura familiar ou de pequena dimensão.
- Mais de 90% das 570 milhões de explorações agrícolas do mundo são geridas por um indivíduo ou uma família, e a mão-de-obra é principalmente familiar. Estas explorações representam mais de 80% do valor da produção mundial de alimentos.
- Os sistemas de proteção social são importantes instrumentos de combate à fome. Muitos países, nomeadamente em resultado das crises financeiras têm vindo a implementar programas de distribuição de apoios em espécie focados na promoção da segurança alimentar, nutrição, saúde e educação, dirigidos em particular às crianças.

O ano de 2015 constitui um marco na medida em que corresponde ao final do período de monitorização dos ODM.

O objetivo de reduzir para metade a população em situação de fome não foi atingida por uma pequena margem.

São 72 os países que a alcançaram a meta do ODM de redução da fome e outros 9 estão prestes a alcançar esta meta.

As perdas de alimentos representam um desperdício de recursos utilizados na produção, como terra, água, energia.

Os progressos no combate a pobreza são de forma geral mais céleres que os de combate à fome.

Isto sucede porque as situações de fome ocorrem nos mais pobres entre os pobres.

MENSAGENS

A humanidade dispõe dos recursos necessários para erradicar a pobreza extrema no espaço de uma geração, **acabar com a fome e com todas as formas de subnutrição**, tal como estabelecido nos novos Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável.

O **aumento da produtividade dos recursos agrícolas** através de uma intensificação sustentável é um fator-chave no aumento da disponibilidade de alimentos e na melhoria da segurança alimentar e nutricional.

O **comércio internacional** e as políticas de importação e exportação afetam a disponibilidade e o preço dos produtos alimentares, e desta forma condicionam a capacidade dos pobres em aceder aos alimentos.

Os **impactos das alterações climáticas** e o aumento da frequência e intensidade dos eventos meteorológicos extremos, acentuam os desafios para a segurança alimentar e nutricional em todas as suas dimensões como sejam, disponibilidade, acesso, utilização e estabilidade.

Nem sempre o crescimento contribui para a redução da fome e malnutrição. O **crescimento económico inclusivo** aumenta o rendimento dos mais pobres, promovendo o acesso equitativo aos alimentos, meios de produção e recursos, em particular aos pobres e mulheres.

Entre os elementos chave para um **ambiente adequado à redução da fome e da má nutrição** no mundo estão: o fornecimento de bens e serviços públicos para o desenvolvimento de setores produtivos, o acesso equitativo aos recursos pelos pobres, empoderamento das mulheres e a implementação de sistemas de proteção social.

Para saber mais:

[FACEBOOK AED](#)

[WEBSITE AED](#)

[Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura \(FAO\)](#)

[Relatório Mundial sobre a Insegurança Alimentar no Mundo, 2015](#)

[A Agenda Global de Desenvolvimento 2015-2030 e os ODS](#)